



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Geraldo Magela/Agência Senado



Denúncias contra Silvío Almeida devem cair nas mãos de promotores do DF

Se ficarem comprovadas as denúncias envolvendo o ex-ministro dos Direitos Humanos e Cidadania Silvío Almeida em situações de assédio sexual, o caso deve parar no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), em uma promotoria criminal para decisão sobre propor ou não uma ação penal. O caso, assim, será julgado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Essa é a avaliação de integrantes da instituição levando em conta as regras de competência na tramitação de ações penais. Caso se confirmem os relatos das mulheres que se sentiram vítimas do ex-ministro, ele pode responder por crime de importunação sexual, previsto na Lei 13.718, de 24 de setembro de 2018, que tipifica a conduta de "praticar contra alguém sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou de terceiro". A pena é de um a cinco anos de reclusão, se o ato não constituir crime mais grave. Vale também o concurso material, ou seja, ele pode ser considerado por cada vítima. Não cabe, segundo promotores de Justiça, acordo de não persecução penal, para que o Ministério Público ofereça condições para não oferecer a denúncia.

Flavia e seu jardim

Neste ano em que Juscelino Kubitschek completaria 122 anos, a Casa JK vai promover uma homenagem especial a uma brasiliense que sempre amou Brasília e Diamantina (MG), cidade em que o ex-presidente nasceu. O jardim no quintal do museu será dedicado a Flávia Jardim, filha do presidente da instituição, Serafim Jardim. Será um reconhecimento ao apoio de Flávia à Casa JK, incluindo sua contribuição para a construção do Anexo Júlia Kubitschek, que abriga um acervo de obras de arte. A inauguração do espaço ocorrerá hoje. Flávia Jardim levava no nome uma característica pessoal: era apaixonada por orquídeas e plantas em geral. A produtora de eventos morreu há dois anos e, segundo a filha, Ana Carolina Jardim, costumava dizer que Diamantina e Brasília eram cidades-irmãs, devido à conexão entre a cidade que Juscelino Kubitschek construiu (Brasília) e a cidade onde ele nasceu e viveu (Diamantina).



Arquivo Pessoal

Divulgação



Dividindo a experiência

O criminalista Cléber Lopes participou do curso Advocacia Criminal e Trabalhista Desenvolvida na Prática, criado para capacitar jovens advogados em áreas essenciais do direito. O evento, que contou com palestras de juristas como Cecília Queiroz, Cláudio Santo, Philippe Benoni e Amaury Andrade, foi realizado esta semana, em Ceilândia. Conhecido por sua atuação destacada em tribunais, Lopes abordou os desafios e as estratégias essenciais para quem deseja seguir na advocacia criminal. "Este é um momento crucial para os jovens advogados, que muitas vezes saem da faculdade sem saber como aplicar o que aprenderam. Nosso papel é orientá-los e mostrar o caminho prático, desmistificando a rotina nos tribunais e nas audiências", explicou o pré-candidato a OAB-DF.

Nos passos de Moro

Há quase dois anos como deputada distrital, Paula Belmonte (Cidadania) ainda é presença frequente no Congresso Nacional. Desta vez, a parlamentar foi a convidada da deputada federal Rosângela Moro (União-SP) para participar do 1º Fórum Brasileiro de Doenças Raras e Negligenciadas. Paula é autora da Lei Federal 14.916/2024, que cria o dia de conscientização sobre a Dermatite Atópica, considerada uma doença negligenciada, e destacou o empenho da deputada Rosângela na pauta de doenças raras. Defendeu a união de esforços, até mesmo internacional, para atender quem sofre com essa condição. A distrital também não poupou elogios ao senador Sérgio Moro (União-PR) e fez questão de dizer a ele que entrou na política inspirada pelo trabalho de Moro como juiz.



Divulgação/Enaite Nunes

PEC inconstitucional

A deputada federal Erika Kokay (PT-DF) afirma que a PEC 8/2024, que acaba com decisões monocráticas no STF, fere cláusula pétreia sobre o princípio constitucional da independência dos poderes. Ela ressaltou que além de acabar com uma prerrogativa do STF, de adotar ou não decisões monocráticas, também estabelece prazo para que ocorra uma decisão coletiva da Suprema Corte e retira o caráter de urgência para apreciação de matérias pelos ministros do STF, hoje determinado pela própria Corte. "O que se quer aqui é impedir que o Supremo preserve os princípios da própria Constituição", criticou.



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Doutora Jane assume presidência da Comissão do Direito das Mulheres

A recém-criada Comissão do Direito das Mulheres da Câmara Legislativa elegeu nesta semana as deputadas Doutora Jane (MDB) e Dayse Amarílio (PSB), respectivamente, para os cargos de presidente e vice-presidente. "A Comissão do Direito das Mulheres é mais uma força que demonstra a preocupação da Câmara com a defesa da mulher. Vamos tratar os projetos da pauta feminina com um olhar muito criterioso. Estou muito feliz pela instalação dessa comissão específica", afirmou Doutora Jane (foto).



Divulgação

Youtube Correio Braziliense



Debate sobre o medo da violência

A Universidade de Brasília (UnB) vai promover, em 19 e 20 de setembro, o I Seminário O medo do crime no DF. Organizado em parceria entre a Finatec e o Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança da UnB, o evento terá entre os debatedores o ex-secretário de Segurança do DF Arthur Trindade, estudioso sobre o tema. O seminário será realizado na Finatec.

Importante discussão

O 1º Fórum Brasileiro de Doenças Raras e Negligenciadas reuniu importantes integrantes do setor, incluindo empresas farmacêuticas e de biotecnologia, autoridades governamentais e regulatórias, grupos de defesa dos pacientes, investidores e fornecedores, com o objetivo de debater estratégias e políticas públicas que possam transformar a realidade de milhões de brasileiros. O evento foi realizado no auditório Nereu Ramos, no Anexo II da Câmara dos Deputados, focado nas discussões sobre um dos temas mais urgentes e complexos da saúde pública: as doenças raras e negligenciadas.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

TEMPO / No ranking de anos com períodos mais longos sem chuva, 2024 aparece em quarto lugar, de acordo com o Inmet. A situação mais crítica ocorrida anteriormente foi em 2004. Estiagem agrava o problema dos incêndios florestais

A pior seca em 20 anos

» ANDRÉ PHELIPE
» LETÍCIA GUEDES

A seca em 2024 no Distrito Federal entrou no ranking de anos com maiores períodos sem chuva. De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), está em quinto lugar, completando 142 dias de estiagem hoje (veja o quadro).

A temperatura mínima, ontem, foi de 18°C e a máxima de 30°C, enquanto a umidade relativa do ar chegou aos 15%. Para hoje, a previsão também é de muito calor, com a temperatura máxima podendo alcançar os 31°C, com poucas nuvens e névoa seca. A umidade relativa do ar pode ficar em 20%.

O longo período de seca e as altas temperaturas já se refletem no reservatório de Santa Maria, que está com o nível de água em 46,03%. Há um ano, o volume útil estava em 62,71%. O reservatório abastece cerca de 19% da população do DF, conforme a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Vegetação sofre

A estiagem contribui para a incidência de incêndios florestais no Cerrado do DF. De janeiro a 10 de

Ed Alves/CB/DA.Press



De janeiro a 10 de setembro, foram registradas 10,2 mil ocorrências de incêndios florestais

setembro deste ano, foram registradas 10.203 ocorrências. No ano passado, de janeiro a agosto, foram 4.180 ocorrências (não há informações precisas sobre o mês de setembro). O Corpo de Bombeiros (CBMDF) alerta, porém, que os dados de 2023 são considerados exceção, uma vez que houve registro de chuvas em junho, o que contribuiu para que as chamas se apresentassem com menos veemência e o número de queimadas fugisse da média histórica.

Somente neste fim de semana, o CBMDF atendeu a 209 ocorrências de incêndio em vegetação, sendo 121 no sábado, com 3,135,403.62m² de área queimada e 88 no domingo, resultando em 4,195,948.94m² de área queimada.

Apesar de a estiagem contribuir para o aparecimento do fogo e de os incêndios serem considerados comuns nesta época do ano, de acordo com a corporação, as principais causas de incêndio florestal são advindas

da atividade humana, como por exemplo: queima de lixo; queima de podas; queima de resto de culturas em propriedades agrícolas; aceiros mal dimensionados, e ainda ações criminosas diversas, aponta o Corpo de Bombeiros.

É importante ressaltar que provocar incêndio em mata ou floresta é crime ambiental definido no artigo 41 da Lei de Crimes Ambientais, com previsão de pena de reclusão de dois a quatro anos, assim como causar

Piores anos de seca

1963	163 dias sem chuva
2004	147 dias sem chuva
1995	143 dias sem chuva
2024	140 dias sem chuva (até 10/9)

incêndio expõe a vida, integridade física ou patrimônio de outro a perigo sujeita o infrator a reclusão de três a seis anos (artigo 250 do Código Penal).

Combate

Para conter as chamas, a Operação Verde Vivo (OPVV), que tem como objetivo reduzir e prevenir incêndios florestais durante a estação seca na região, conta, atualmente, com 226 militares inteiramente à disposição das ocorrências relacionadas a incêndios florestais. Eles estão divididos em quatro alas de serviço operacional diário e distribuídos em 25 viaturas. Na Fase V, de combate crítico, iniciada em setembro, há um reforço diário de

aproximadamente 120 militares, segundo a corporação.

Neste momento, o CBMDF conta, em média, com 180 militares atuando no combate a incêndios florestais diariamente. Eles têm o apoio do Grupamento de Aviação Operacional do Corpo de Bombeiros (Gavop). Desde 2021, há um drone exclusivamente para uso do Grupamento de Proteção Ambiental. Neste ano, outro drone foi adquirido. Agora, um deles opera na Área Leste e outro na Área Oeste.

Os relatórios anuais da OPVV apontam que, anualmente, as regiões administrativas mais atingidas pelos incêndios florestais são, respectivamente: Gama, Samambaia, Brazlândia, Santa Maria, Planaltina e São Sebastião.